

# Contradições e Desafios na Educação Brasileira 4

---

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



**Willian Douglas Guilherme**

(Organizador)

# **Contradições e Desafios na Educação Brasileira**

**4**

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C764	Contradições e desafios na educação brasileira 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Contradições e Desafios na Educação Brasileira; v. 4)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-376-7 DOI 10.22533/at.ed.767190106  1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.  CDD 370.710981
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior   CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” foi dividido em 4 volumes e reuniu autores de diversas instituições de ensino superior, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas em vários estados brasileiros. O objetivo desta coleção foi de reunir relatos e pesquisas que apontassem, dentro da área da Educação, pontos em comuns.

Neste 4º e último Volume, agrupamos os artigos em torno dos temas “Dialogando com a História da Educação Brasileira” e “Estudo de casos”, sendo, na 1ª parte, 17 artigos e na 2ª, 11 artigos, fechando a coleção.

A coleção é um convite a leitura. No 1º Volume, os artigos foram agrupados nas “Ações afirmativas e inclusão social” e “Sustentabilidade, tecnologia e educação”. No 2º Volume, abordamos a “Interdisciplinaridade e educação” e “Um olhar crítico sobre a educação”. No 3º Volume, continuamos com a “Interdisciplinaridade e educação” e trazemos a “Educação especial, família, práticas e identidade”.

Entregamos ao leitor o livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” com a intenção de cooperar com o diálogo científico e acadêmico e contribuir para a democratização do conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A DITADURA CIVIL-MILITAR E A EDUCACAO NA BAHIA: CERCEAMENTO POLÍTICO E CONTINUIDADE DO PENSAMENTO LIBERAL DE ANÍSIO TEIXEIRA E NAVARRO DE BRITTO	
<i>Daniela Moura Rocha de Souza</i> <i>João Carlos da Silva</i> <i>Maria Cristina Nunes Cabral</i> <i>Livia Diana Rocha Magalhães</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CAMPINA GRANDE-PB: PRIMEIRAS ASPIRAÇÕES ACERCA DA CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL (1958-1960)	
<i>Pâmella Tamires Avelino de Sousa</i> <i>Niédja Maria Ferreira de Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
A PRÁXIS PEDAGÓGICA NO ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO NACIONAL/TO	
<i>Márcia Dall’Agnol</i> <i>Denise Regina da Costa Aguiar</i> <i>Michel Santos Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM CLASSES MULTISSERIADAS DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI-PA	
<i>Edineuza Pantoja Moraes</i> <i>Benedito de Brito Almeida</i> <i>Sara Concepción Chena Centurión</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA: GREVE DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ANO DE 2015	
<i>George Brendom Pereira dos Santos</i> <i>Mikaelly Cristiny de Almeida Pereira</i> <i>Sebastião Monteiro Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>66</b>
AS CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Amelioene Franco Rezende de Souza</i> <i>Laís Leni Oliveira Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901066</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>78</b>
CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA OMNILATERAL: UMA POSSIBILIDADE ATRAVÉS DA FILOSOFIA SOCIAL MARXIANA	
<i>Zuleyka da Silva Duarte</i> <i>Belkis Souza Bandeira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901067</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>94</b>
DOCUMENTÁRIO: HISTÓRIA DE VIDA DE PROFESSORES ENTRE O PESSOAL E O PROFISSIONAL	
<i>Thiago Batista Assis</i> <i>Flomar Ambrosina Oliveira Chagas</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901068</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>110</b>
HÉLIO OITICICA, AUGUSTO BOAL E PAULO FREIRE: PROPOSIÇÕES ANTROPOFÁGICAS E INTERCULTURAIS PARA O ENSINO DE ARTE	
<i>Ivete Souza da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7671901069</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>127</b>
INCOMPATIBILIDADE ENTRE E O CURRÍCULO PROPOSTO PELA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A FINALIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS	
<i>Marcelo Velloso Heeren</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010610</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>137</b>
INDÚSTRIA CULTURAL E EDUCAÇÃO	
<i>Mariano Luiz Sousa dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010611</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>143</b>
LEI 10.639/2003: UM ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DE AÇÕES EXTENSIONISTAS EM BRAGANÇA-PA	
<i>Morgana da Silva Pereira</i> <i>Raquel Amorim dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010612</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>148</b>
LENDAS, PARLENDAS E CONTOS: ENSINANDO COM A CULTURA POPULAR	
<i>Benedito de Brito Almeida</i> <i>Edineuza Pantoja Moraes</i> <i>Samara de Souza Machado</i> <i>Jânio Guedes dos Santos Lobato</i> <i>Jones da Silva Gomes</i> <i>Raiane Ribeiro Cardoso</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010613</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>160</b>
ORIGEM DO SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS NO ESTADO DO AMAZONAS	
<i>Pérsida da Silva Ribeiro Miki</i>	
<i>Kelly Rocha de Matos Vasconcelos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010614</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>170</b>
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: MÚSICA COMO METODOLOGIA DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Daniela Rezende de Souza</i>	
<i>Laís Leni Oliveira Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010615</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>181</b>
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA: 2006-2015	
<i>Silvia Sofia Scheid da Silva</i>	
<i>Maria de Fátima Rodrigues Pereira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010616</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>196</b>
SEJAM BEM VINDOS! OS SENTIDOS DA PASSAGEM DE UM MUSEU DE CIÊNCIAS ITINERANTE NO DISCURSO DO PÚBLICO PARTICIPANTE	
<i>Ana Carolina de Souza Gonzalez</i>	
<i>Wedencley Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010617</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>207</b>
A NOTÍCIA COMO SITUAÇÃO EMERGENTE DO COTIDIANO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA E LÍNGUA PORTUGUESA	
<i>Débora Perdoná</i>	
<i>Jonas Daniel do Amaral Pinto</i>	
<i>Leticia Gomes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010618</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>210</b>
A PERCEPÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08 NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DO CURSO DE ARTES CÊNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	
<i>Andressa Christiny do Carmo Batista</i>	
<i>Valeska Ribeiro Alvim</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010619</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>222</b>
A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ: ENTRE A LÓGICA DO MERCADO E DO MUNDO DO TRABALHO	
<i>Joelson Juk</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010620</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>239</b>
AMBIENTALIZAÇÃO DO CURRÍCULO A EXPERIÊNCIA EM CURSO NO CEFET-MG	
<i>Cynthia A. Bello</i>	
<i>José Geraldo Pedrosa</i>	
<i>Gleison Paulino Gonçalves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010621</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>253</b>
ANÁLISE DA APLICABILIDADE DE FILMES DE ANIMAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENSINO EM CIÊNCIAS E BIOLOGIA	
<i>Pâmela Beatriz do Rosário Estevam dos Santos</i>	
<i>Vivian Cristina Costa Castilho Hyodo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010622</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>267</b>
APLICAÇÃO DE CONCEITOS E PRÁTICAS DE ATIVIDADES DO MOVIMENTO MAKER NA EDUCAÇÃO INFANTIL – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL 1	
<i>Roberta Emile Lopes de Oliveira</i>	
<i>Camila Amorim Moura dos Santos</i>	
<i>Edmar Egídio Purcino de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010623</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>278</b>
ATIVIDADES LÚDICAS E ROTINA PEDAGÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS A PARTIR DO ESTÁGIO EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Dione Martins Magalhães</i>	
<i>Dayane Fernandes Ferreira</i>	
<i>Eraldo Carlos Batista</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010624</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>292</b>
DIAGNÓSTICO DE SINALIZAÇÃO EM TRILHAS TURÍSTICAS: PARQUE MUNICIPAL DO MINDU - MANAUS/AM	
<i>Heleno Almeida Lima</i>	
<i>Claudio Nahum Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010625</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>308</b>
RELATO DE OBSERVAÇÃO DE ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS	
<i>Marcela dos Santos Barbosa</i>	
<i>Lucas Antunes Tenório</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010626</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>317</b>
SABERES DOCENTES: A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA NORMAL DE CRUZEIRO DO SUL-ACRE	
<i>Maria Irinilda da Silva Bezerra</i>	
<i>Alisson Lima Damião</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76719010627</b>	

**CAPÍTULO 28 ..... 328**

UM ESTUDO SOBRE A POTENCIALIDADE DO MAPA CONCEITUAL PARA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DOS CONCEITOS CIENTÍFICOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

*Felipa Pacífico Ribeiro de Assis Silveira*

**DOI 10.22533/at.ed.76719010628**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 340**

## A PERCEPÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI 11.645/08 NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DO CURSO DE ARTES CÊNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

**Andressa Christiny do Carmo Batista**

Serviço Social do Comércio em Rondônia,  
Coordenação de Cultura  
Porto Velho - Rondônia

**Valeska Ribeiro Alvim**

Universidade Federal do Acre  
Rio Branco - Acre

**RESUMO:** O presente artigo apresenta um panorama sobre a formação da sociedade acreana que se deu, principalmente, através da miscigenação de nordestinos e indígenas, relacionando essa sociedade atual com a percepção que se tem do indígena contemporâneo, e com a formação de professores de artes cênicas nesse contexto sociocultural. Dialoga também com a aplicação da Lei 11.645/08 que traz a obrigatoriedade do ensino da temática indígena dentro do ambiente escolar, e se destina a verificar de que forma os egressos do Curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas: Teatro, curso que completa 10 anos em 2016 na Universidade Federal do Acre - UFAC, percebem a referida lei, e se ela esteve presente em suas formações inicial e continuada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indígenas. Artes Cênicas. Lei 11.645/08. UFAC.

**ABSTRACT:** This article presents an overview

about the formation of Acre society that happened mainly through the miscegenation of Northeastern and indigenous, relating the current society with the perception which people have of contemporary indigenous, and the formation of Performing Arts teachers in this sociocultural context. This text also dialogues with the application of Law 11,645/08 which brings the obligation of the indigenous issues teaching within the schools, and is intended to verify how the graduates of Full Degree in Performing Arts / Theatre, course which has its anniversary of ten years at the Federal University of Acre in 2016, they comply with that law, and its presence in the initial and continued training.

**KEYWORDS:** Indigenous. Performing Arts. Law 11,645/08. UFAC.

### 1 | INTRODUÇÃO

Ao pensarmos no início do Brasil é comum nos remetermos a 1500, época da chegada de Pedro Álvares Cabral ao país. Contudo, convém lembrar que antes da chegada dos portugueses, já existiam pessoas aqui, os indígenas, legítimos brasileiros e moradores desta terra. Assim como ocorreu no processo de povoamento no Brasil, com o Acre não foi diferente. Quando chegaram aqui os nordestinos que emigraram para o Acre

para trabalhar com a produção de borracha, havia muitos indígenas que habitavam as terras acreanas, das mais diversas etnias, e com costumes e culturas diferentes.

Da mesma forma que, portugueses ao chegarem ao Brasil objetivaram catequisar os indígenas, quando se iniciou a formação do estado do Acre, “encarregados de índios” percorriam o estado na tentativa de ensinar aos indígenas o seu modo de vida, sua cultura e religião, de forma que esses se tornassem mais “civilizados”, e conseqüentemente mais suscetíveis aos interesses dos não-indígenas. (Ranzi, 2008) Foi exatamente nessa época que se começou a perceber que o Acre dispunha de uma matéria-prima que estava sendo bastante valorizada no momento: o látex.

Para extração do látex, vieram para o Acre milhares de nordestinos, em especial sertanejos, cujas condições de vida no sertão se tornara insustentável, devido à seca severa que acometia o Nordeste, impedindo o plantio e a criação de animais. Ao chegarem aqui, esses sertanejos eram alocados em seringais, que cada vez mais se espalhavam pelo território, considerando-se que as árvores estavam espalhadas pela floresta, e se fazia necessário adentrá-la para conseguir obter a matéria-prima da borracha. Foi justamente nesse processo de adentrar a floresta que se deu os primeiros contatos entre os nordestinos e os indígenas acreanos. Se por um lado, o indígena não cedeu à pressão do não-indígena para se submeter ao trabalho, chegando em alguns casos ao ponto de se tornar escravo, por outro a condição de quase escravidão imposta aos nordestinos não lhes permitia não prosseguir com a extração do látex. Logo, esses contatos foram violentos sobremaneira, e ocorreram em maior número a partir das “correrias” que eram expedições financiadas pelos seringalistas “[...] com táticas de guerrilha para matar os índios ou suas lideranças, tomar suas mulheres, as quais posteriormente eram dominadas e exploradas no trabalho escravo” (COSTA, 2010, p. 15-16). Em resposta a esses ataques, flechas envenenadas disparadas pelos indígenas, atingiram os seringueiros, resultando em várias mortes para ambos os lados.

Ainda assim, aos poucos, ocorreu a miscigenação entre os dois povos, mas esta não se deu rapidamente. A princípio havia uma rejeição mútua, pelos motivos já explicitados, mas as necessidades da vida cotidiana findaram por, após certo tempo, uni-los, proporcionando a criação do novo povo acreano. Ainda é possível ver, contudo, povos da floresta que mantiveram a sua linhagem de união entre pessoas da mesma comunidade, e o resultado disso são vários indígenas que ainda vivem com suas famílias, mas também, indígenas que constantemente estão na cidade, defendendo os interesses do seu povo junto a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e outros órgãos.

## **2 | O OLHAR DO ACREANO SOBRE O INDÍGENA: QUE SUJEITO É ESSE?**

Ao falarmos do indígena contemporâneo do Acre, convém lembrar que ele é fruto da luta e resistência histórica dos seus ancestrais frente a diversas adversidades, tais

como: febres, doenças, invasões, tentativas de extermínio, dentre outras situações que levou ao limite a existência desses indivíduos. Esse indígena é antes de tudo um guerreiro, alguém que aprendeu a usar as armas que dispunha em mãos para defender o seu povo. Inicialmente essas armas eram apenas arcos, flechas, machados e outros utensílios de fabricação própria. Mas com o passar do tempo, conforme se aprofundou o contato do indígena com a sociedade não-indígena, novos mecanismos de defesa começaram a ser empregados em suas lutas.

Valdemir Mateus Shane Kaxinawa afirma que “antigamente, os índios não sabiam se tinham direito a sua terra” (KAXINAWA ET AL, 2002, p. 121). Foi somente com a chegada da FUNAI no Acre, em 1976, que ficou claro aos indígenas que suas terras lhe pertenciam de fato, e estes passaram então, a exigir desse órgão que os limites territoriais fossem respeitados. A Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC e o Conselho Indigenista Missionário – Amazônia Ocidental – CIMI também tiveram grande participação na luta pela demarcação das terras indígenas. Assim, foram nascendo dentro de cada comunidade, lideranças indígenas que os representavam em Rio Branco e em Brasília, geralmente representadas pela figura dos indígenas mais velhos, considerados como os mais experientes. Logo ficou claro que quanto mais se articulavam politicamente, mais forças ganhavam e finalmente na década de 70 começaram a realizar assembleias anuais, que resultou na criação da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas – UNI, em 1983.

A importância da criação da UNI se deve ao fato de que, a partir desse momento, os indígenas tinham uma representação articulada, que cobrava do governo e da FUNAI que os seus direitos fossem respeitados e, que por ser pioneira, abriu caminho para que outras representações fossem criadas, como a Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira, de Tarauacá e Jordão e também do Rio Juruá. A grande novidade acontece quando “algumas dessas organizações, através de projetos, passaram a conseguir dinheiro para a realização de atividades econômicas nas comunidades que representavam” (KAXINAWA ET AL, 2002, p. 147), o que demonstra uma nova forma de organização dos indígenas frente à sociedade brasileira.

Com essas informações percebemos claramente que não estamos mais falando do indígena que se isola nas matas, que não tem contato com o não-indígena e que não reconhece e luta por seus direitos. Ele não é mais o ser erroneamente visto como “selvagem”, antes disso, é alguém articulado política e socialmente, que reconhece o seu papel na sociedade e não aceita que os seus direitos sejam desrespeitados.

Ainda assim, são muitos os acreanos a discriminar os indígenas. Avisão colonialista de que o indígena é preguiçoso, não gosta de trabalhar, que seria um ser primitivo e incapaz de conceber uma religião boa para o seu povo, ainda existe. É discurso comum ouvir que o indígena quer receber dinheiro do governo sem trabalhar, sem que se leve em consideração, por exemplo, a função exercida pelos representantes indígenas dentro de instituições criadas em defesa e proteção dos seus direitos, e outras funções ocupadas por esses indivíduos, como os Agentes Indígenas de Saúde

e os Professores Indígenas.

Essa representatividade é extremamente importante, afinal, quem melhor do que esses próprios indivíduos para elencarem as suas necessidades? Em muitos casos, o indígena hoje é aquele indivíduo que veste calça e camiseta, que tem celular e amplo conhecimento das demais tecnologias (observando que elas também compõem os seus instrumentos de trabalho), ao mesmo tempo em que atua em sua aldeia, e participa ativamente dos rituais próprios de seu povo. Apesar desse envolvimento com a aldeia, comumente ouvimos que esse indivíduo não pode ser considerado indígena, uma vez que tem muitas atividades semelhantes a do homem não-indígena.

Segundo o IBGE, a denominação de cor ou raça é definida pela auto declaração. Se, em alguma medida, uma pessoa se declara indígena, não caberia a nenhuma outra pessoa, a discordância desse fato. Mas as pessoas ditas “civilizadas” querem definir que o indígena só existe quando ele vive apenas em suas comunidades, utilizando pouca ou nenhuma vestimenta, vivendo unicamente do plantio, caça e pesca, as mesmas atividades que ele desenvolvia na época do descobrimento, mesmo que já se tenha passado mais de 500 anos. Uma crítica ferrenha recebida pelos indígenas é a ideia de que, ao utilizar-se dos modos de vida do não-indígena, este estaria perdendo a sua cultura e identidade. Nestes casos, pressupõe-se a ideia de cultura como algo estagnado, que não sofre transformações de acordo com o meio, que estaria posta e seria impossível de ser modificada. Sobre isso, Hall afirma que:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada". [...] Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior [...] (HALL, 2004, p. 10)

Portanto, não cabe considerar a identidade do indígena hoje da mesma forma que a do indígena da época colonial. É fato que ainda temos comunidades isoladas, ou com pouco contato com a sociedade tal qual ela se apresenta hoje, mas essa é uma questão que está posta no cerne de cada povo e de cada indivíduo e é extremamente necessário que suas escolhas sobre o modo de vida que terão, sejam respeitadas.

Outra questão que levanta muita discussão atualmente é o fato do indígena ter acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's. Considerando que vivemos em uma época altamente tecnológica, na qual a internet se tornou uma forte aliada, cabe ponderar que, para os indígenas, a tecnologia também veio somar. Hoje, já é comum vermos a difusão da cultura de uma determinada etnia a partir de blog's e redes sociais. O acesso a pesquisas e ao conhecimento da cultura indígena é muito amplo atualmente, graças ao advento das novas tecnologias. Grande parte dos acreanos pode citar pelo menos um amigo com sobrenome indígena em suas

redes sociais. Contudo, algumas pessoas demonstram insatisfação com esse novo modo de vida do indígena hoje. Conforme já foi explicitado, parece incabível um indígena que domina bem o uso do smartphone, por exemplo. Alguns consideram, inclusive, que estas pessoas estariam se valendo da declaração indígena apenas para usufruir das condições especiais destinadas a esses indivíduos. Contudo, o indígena contemporâneo não está limitado a essas questões. Ele lida muito bem com a tecnologia e a está utilizando, inclusive, para produzir conhecimento para o seu povo. Prova disso é o jogo para computadores produzido pelo povo Huni Kuin, em um ponto de cultura, no baixo Jordão, interior do estado. O jogo chama-se “Huni Kuin: Os caminhos da jiboia” e

A equipe responsável pelo jogo era formada por um programador, um artista, um game designer e outros antropólogos, além de 30 indígenas que colaboraram no processo. Os profissionais passaram três meses na aldeia São Joaquim/ Centro de Memórias, realizando oficinas de audiovisual, produção de conteúdo e instalação de energia solar. (GLOBO.COM, 2016)

O jogo está disponível em 4 (quatro) línguas e a repercussão do seu lançamento alcançou os EUA e alguns países da Europa, o que demonstra que as fronteiras territoriais não são empecilhos para difusão e aquisição do conhecimento indígena.

Também podemos perceber que a cultura indígena vem sendo cada vez mais valorizada. Em Rio Branco, temos a Central de Serviços Públicos – OCA, que é uma iniciativa do governo do estado em unir os vários serviços oferecidos ao cidadão em um único espaço. Não apenas o nome remete a moradia tipicamente indígena, como também a construção arquitetônica do espaço. No Mercado Velho de Rio Branco, onde constantemente acontecem feiras livres, são constantes a comercialização de elementos da cultura indígena. Nessas feiras é possível você adquirir artesanatos, rapé e cocares. Para o governo local esse investimento se mostra positivo, sobretudo se considerarmos o potencial turístico que isso acarreta, mas cabe ressaltar que, apesar da cultura dos povos da floresta ser bem aceita, o próprio indígena nem sempre está presente nesses mesmos espaços.

Outro importante mecanismo empregado na difusão do conhecimento indígena tem sido os documentários produzidos nas aldeias. Nesses filmes, o cotidiano dos povos da floresta são retratados, o que favorece a preservação da cultura desses povos. Esses documentários também vem sendo utilizados nas escolas indígenas, e segundo “[...] o cineasta e professor indígena Issac Piyãko (ashaninka) o cinema possui um importante significado quando utilizado sob forma de narrativas nas escolas, como recurso didático.” (FARIAS, 2016). Piyãko acredita que, os vídeos servem para auxiliar os alunos a terem uma boa percepção do passado, presente e futuro. Iniciativas como essa, fortalecem a educação dos povos indígenas, cujo sistema de ensino preza por respeitar os costumes e tradições dos povos da floresta. Auxiliando nesse processo de busca por um ensino indígena de qualidade, em 2014, formaram-se na Universidade

Federal do Acre, – UFAC, única instituição pública de ensino superior do estado, 49 indígenas de 9 etnias diferentes. Esses professores já eram atuantes na educação indígena, e essa formação vem para complementar e enriquecer o seu trabalho.

A UFAC recebe indígenas constantemente. É comum cruzarmos com integrantes dos povos da floresta nos corredores da Universidade. No ano de 2014 ocorreu na IFES a 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência – SBPC. Uma inovação que surge nessa reunião é a primeira “SBPC Indígena” que se caracteriza “como espaço para debates sobre questões alusivas aos povos indígenas.” (SBPC, 2014) Nessa reunião discutiu-se temas ligados a ciência, saúde e educação dos indígenas. Após essa experiência, a SBPC decidiu manter essa área de discussão nas reuniões seguintes. Além disso, todos os anos a instituição promove o “Simpósio Linguagens e Identidades na Amazônia Sul-Occidental”, que conta com uma grande participação indígena. Em 2015 o tema do Simpósio foi “Línguas e Literaturas Indígenas”, o que evidencia que a discussão sobre o indígena vem acontecendo fortemente dentro da UFAC, principal local de formação de professores do estado do Acre.

Essa importância se traduz na medida em que se considera que em breve esses discentes estarão atuando nas escolas do estado. Diante disso, cabe pensar: Considerando a questão cultural e toda a expressão corporal e espetacularidade presente em vários dos rituais indígenas, como o professor formado no curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas: Teatro, que tem essa vivência em sua trajetória de vida, e esse acesso durante o período de sua formação, vê o ensino de História e Cultura Indígena, proposta pela Lei 11.645/08?

### **3 | OS EGRESSOS DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM ARTES CÊNICAS: TEATRO E A LEI 11.645/08**

Primeiramente, consideramos importante realizar uma explanação sobre o curso como ambiente de formação desses profissionais, haja vista que este estudo se debruça sobre a percepção sobre a Lei 11.645/08 e sua aplicação nas práticas formativas desses artistas-docentes. Cabe ressaltar que discorrer sobre a criação do curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas: Teatro da Universidade Federal do Acre – UFAC é, antes de tudo, pensar sobre o movimento artístico acreano.

O teatro no Acre sempre foi pautado pela resistência, por levar à cena discussões sociais e elementos próprios da cultura que vêm se desenvolvendo com o crescimento do estado. Esses artistas começaram a discutir a formação em arte, considerando que a maioria dos professores que lecionavam esse componente curricular nas escolas do estado não possuía formação específica na área. Após a elaboração da proposta, liberação de verba pelo governo federal e alguns outros fatores, instituiu-se o curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas/Teatro da UFAC, que recebeu a sua primeira

turma no 2º semestre de 2006.

O curso tem a carga horária de 3020 horas, divididas em oito períodos letivos. Essa carga horária divide-se em disciplinas inerentes à licenciatura, com cunho pedagógico, e disciplinas específicas da área das artes cênicas/teatro. Por se tratar de uma licenciatura, o objetivo do curso é formar professores que possam atuar no ensino básico do estado, ministrando aulas de arte. Por esse motivo, um dos intuitos de sua concepção é “proporcionar a criação de espaços relevantes para a reflexão sobre a formação de professores de arte no estado, principalmente, em relação às práticas pedagógicas [...] desses futuros professores” (UFAC, 2006, p. 7). Percebemos, então, que, com o crescente número de egressos, essas reflexões encontram terreno propício para serem abordadas, inclusive para fomentar novas discussões sobre o curso, o perfil dos cursistas e sua atuação na sociedade.

Segundo o artigo 43, inciso II, da Lei 9.394/96, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação, o objetivo dos cursos superiores é: “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1996), o que nos possibilita justificar a importância desse estudo, uma vez que ele aponta indícios sobre esses profissionais e sobre a forma como podem atuar no desenvolvimento da sociedade acreana.

Julgamos, como fator fundamental, refletir sobre a importância que a instituição do curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas/Teatro teve; inclusive, para percebermos como a Universidade vem contribuindo positivamente para a transformação de práticas tidas como comuns no Acre. No ano de 2010, segundo Lobo (2010):

A demanda de docentes para cumprir a exigência legal do trabalho com arte nas salas de aula da educação básica no estado é suprida por meio das práticas de docentes cuja formação inicial não é na área específica. Os cursos variam entre Pedagogia e Licenciaturas em Letras, História e Geografia, e até mesmo um Bacharelado em Ciências Sociais. [...] Os professores possuem diferentes formações universitárias. (LOBO, 2010, p. 91).

Nesse contexto, percebemos que era prática comum lotar profissionais graduados em diversas áreas para ministrar o componente curricular Arte nas escolas da rede pública do estado. A partir da conclusão da primeira turma, essa realidade começa a se alterar, observando que já havia, a partir de então, profissionais capacitados exclusivamente para lecionar nessa área de conhecimento. Uma parcela significativa de egressos, atualmente, está atuando na rede de ensino como docente de arte, e esse número tende a crescer cada vez mais, conforme novas turmas de alunos concluem a graduação.

Desse modo, os sujeitos convidados para participação nesse estudo foram os 50 egressos que concluíram o curso até o ano de 2014. Desses 50 egressos, 86% concordaram em participar desse estudo, o que representa 43 ex-alunos. Dessa forma, percebemos uma participação de grande parte dos egressos, o que corrobora para

um melhor desenvolvimento do estudo. Consideramos importante dar voz a esses egressos e colocar as suas percepções em evidência, para garantir, assim, a reflexão sobre os processos de ensino aprendizagem vivenciados pelos alunos durante os anos em que estiveram dedicados à graduação, e que, posteriormente, passam a ser empregados em sua vida profissional.

Considerando que o ensino de Arte deve ser ministrado por professores com formação específica, uma vez que já existem cursos de formação de professor de Arte no estado do Acre, nos propomos a investigar de que forma esse professor percebe a temática indígena, através de sua formação, considerando que, conforme propõe a Lei 11.645/08, esse docente deverá abordar a temática indígena em sua atuação profissional.

A Lei 11.645 é sancionada em 2008 e vem como uma alteração das já existentes Lei 10.639/03 e Lei 9394/96. O texto da lei afirma no seu artigo 26, alínea A que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008). Anteriormente, existia apenas a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e esta lei vem justamente para incluir a temática indígena no âmbito da educação nacional. O texto da lei, em seu parágrafo primeiro destaca que:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008)

Pretendemos, portanto, dar visibilidade a essas duas minorias, enfatizando a sua contribuição dentro da formação da sociedade brasileira. A lei cita ainda que esses conteúdos devem ser abordados em todo o currículo escolar, mas sobretudo nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras. Para verificar de que forma os docentes tiveram contato com a temática em sua formação, elaboramos um questionário, e solicitamos que os egressos do curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas: Teatro da UFAC respondessem as questões.

No que se refere ao ensino da temática indígena, os egressos foram questionados se conheciam a Lei 11.645/08. As respostas serão demonstradas no gráfico a seguir.

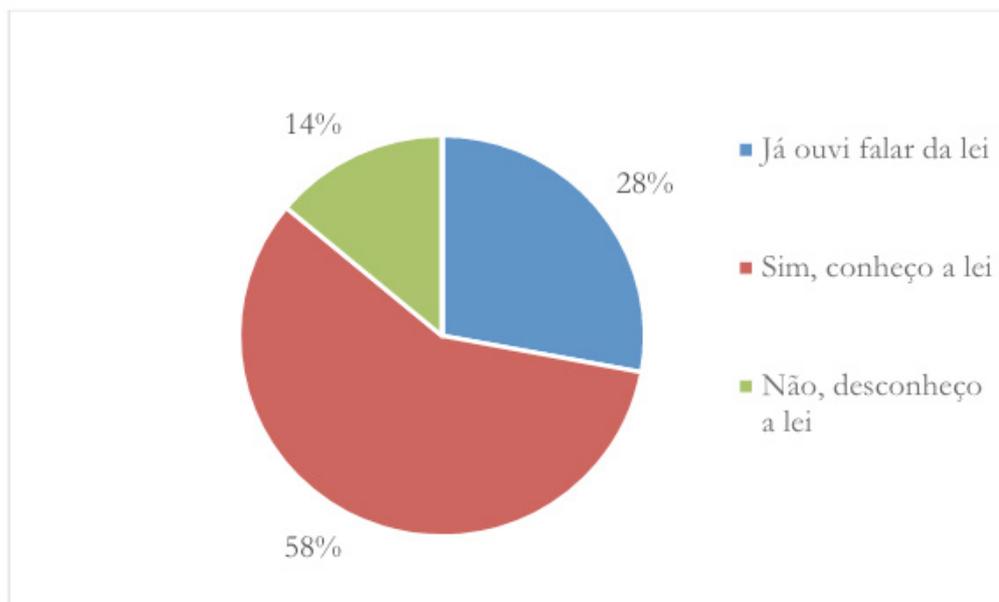


Gráfico 1: Você conhece a Lei 11.645/08?

Fonte: As autoras (2016)

Dentre os 43 egressos entrevistados, 58% afirmaram conhecer a lei, e saber a temática da qual a mesma trata, 28% afirmaram já ter ouvido falar da lei, mas não possuem aprofundamento no tema e 14% dos entrevistados declararam não conhecer a lei. Se considerarmos que, essa pesquisa trata de egressos de um curso de formação de professores e que 42% destes não conhecem a fundo o que propõe a lei, esses dados chegam a ser alarmantes, pois se esses profissionais não tiveram contato com essa temática dentro da sua formação, tampouco poderão ter conhecimento suficiente para discuti-las e ministrá-las aos seus alunos.

O Ministério da Educação – MEC elaborou um levantamento sobre o desenvolvimento da temática indígena em cursos de licenciatura do país (MEC, 2012). Esse levantamento aborda cursos específicos, a saber: Graduação em Geografia, História, Artes Visuais, Pedagogia e Letras/Português. Dentre os listados, o curso que mais se aproxima da Graduação em Artes Cênicas é o Curso de Artes Visuais, pois, apesar de tratar de uma linguagem distinta do Teatro, ainda se debruça sobre o estudo de histórias, produções e fazeres artísticos. O documento afirma que no Brasil, existem 159 cursos de Artes (que se dividem entre as nomenclaturas Artes Visuais, Artes Plásticas e Belas Artes) de forma presencial e 28 cursos na modalidade a distância. O levantamento aponta que, nos cursos de Licenciatura em Artes no Brasil, apenas dois cursos introduziram a temática indígena em seu projeto político pedagógico, e destaca ainda o fato de que, a maior parte desses projetos foram reelaborados após a implementação da lei, o que já permitiria a correção da ausência de discussão da temática.

No que se refere ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas: Teatro, que data de janeiro de 2009, data também posterior a da

Lei 11.645/08, a questão da temática indígena não é discutida em nenhuma das disciplinas elencadas. Ainda que se mencione a importância da cultura indígena para a Amazônia na justificativa, e a importante referência desse povo com suas 14 etnias e 3 troncos linguísticos na organização didático-pedagógica do projeto, nenhuma outra discussão é levantada a esse respeito. Não existe no rol das disciplinas nenhuma que se debruce sobre a valorização do indígena, ou que pelo menos atenda, minimamente, a necessidade da formação específica da lei 11.645/08. Logo, percebemos uma ausência significativa nessa formação.

Contudo, essa ausência poderia ser compensada através de cursos de formação continuada, oferecidos por IES ou pela própria Secretária de Educação e Esporte do Estado do Acre - SEE. Sobre essa possibilidade, os egressos foram questionados se já haviam participado de algum curso de formação continuada nessa temática e novamente, os dados coletados demonstram uma insuficiência na formação desses docentes. 77% dos egressos afirmaram nunca terem participado de nenhuma formação continuada dentro da temática, ao posto que apenas 23% dos entrevistados, afirmam já terem participado de uma formação, cujo foco de discussão é a questão indígena.

Acreditamos que os professores deveriam atualizar seus conhecimentos com frequência, mas ao confrontar as demandas das escolas e a realidade dos docentes de arte, que atuam com no mínimo 10 turmas, torna-se humanamente impossível considerar que esse mesmo docente encontre tempo para desenvolver todas essas atividades sem um mínimo de apoio externo. Cabe aos órgãos responsáveis pela educação fornecer subsídios para que este docente desenvolva o seu trabalho da melhor maneira possível. Para tanto, investigamos o oferecimento e a prática de ações que poderiam auxiliar o professor no desenvolvimento do seu trabalho, ações essas voltadas a discussão da temática indígena.

No ano de 2015 a Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Acre – SEE realizou a quinta edição do Seminário de Educação Indígena. A proposta desse seminário é justamente discutir sobre a implementação da Lei 11.645/08. Ainda em 2015, em parceria com o SESC- AC, a SEE desenvolveu uma formação ligada a temática, cujo público alvo foram profissionais da educação da Escola SESC e das redes municipais e estaduais de ensino. Também em 2015, a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, em parceria com o Governo do Estado, ofereceu o Curso de Aperfeiçoamento em Cultura e História dos Povos Indígenas de forma gratuita e semipresencial. Logo, percebemos que ações que visam fornecer subsídios para o docente estão sendo desempenhadas. Dessa forma, resta a dúvida: O que tem levado esses profissionais a não participarem dessas oportunidades de aprendizado? Apesar de o objetivo desse estudo não ser verificar esse afastamento, nos surgem algumas possibilidades, tais como a grande carga de trabalho, a falta de divulgação de algumas ações, a necessidade de reposição das aulas perdidas durante o processo de formação, o desinteresse na temática, dentre outras possibilidades.

Após constatar a baixa participação dos egressos em ações de formação

continuada, interessou-nos verificar se esses docentes trabalham com a temática da Lei 11.645/08 dentro do ambiente escolar em que atuam. Os resultados serão demonstrados no gráfico a seguir:

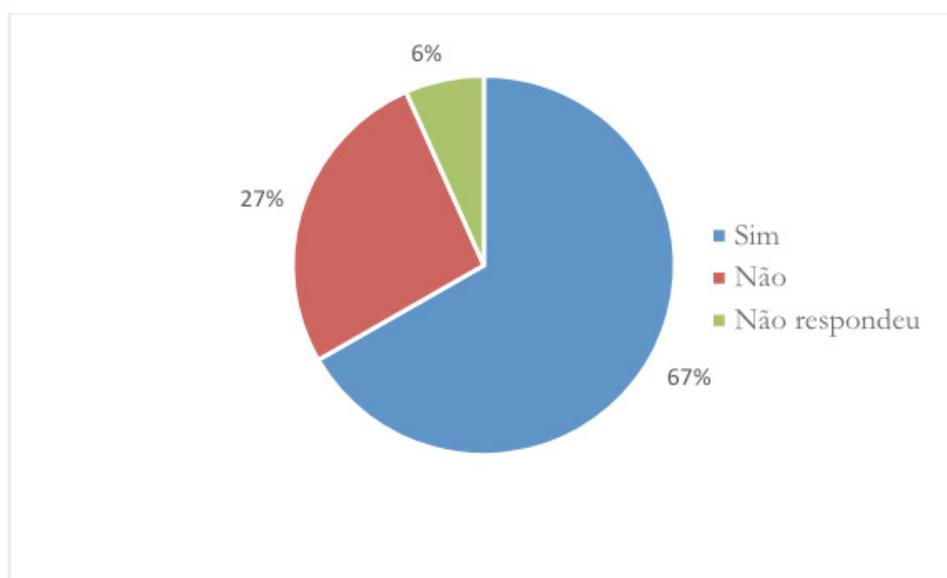


Gráfico 2: Na escola em que você atua, já foi desenvolvido junto com os alunos atividades relacionadas a temática da lei 11.645/08?

Fonte: As Autoras (2016)

Entendemos então, que apesar da insuficiência nas formações iniciais e continuadas, os docentes oriundos do curso de Licenciatura em Artes Cênicas/Teatro da UFAC vem desenvolvendo a temática indígena no trabalho com os seus alunos. Os resultados apontam que 67% dos entrevistados trabalham a história e/ou a cultura indígena no ambiente educacional em que atuam, ao posto que 27% não abordam a temática e 6% preferiram não responder a questão. Cabe questionar, contudo, a qualidade do desenvolvimento desse trabalho, considerando que as formações iniciais e continuadas se provaram insuficiente para percepção e entendimento sobre a temática.

Considerando a especificidade do Acre, um estado cuja ascendência indígena é fortemente marcada por lutas, percebemos que legitimar certos direitos é extremamente importante. Após sair da época das correrias, os indígenas começaram a se articular politicamente e a garantir um tratamento diferenciado, considerando a sua condição de minoria étnica. Ainda assim, essa condição não parece ser o suficiente para obterem o respeito que lhes é devido. Se por um lado tivemos grandes avanços na valorização do indígena, por outro ainda é comum o menosprezo e a indiferença por parte de alguns. Considerando a pluralidade existente em nosso país, é urgente e necessário que nossos docentes estejam capacitados e fortemente atuantes na discussão da temática indígena, não apenas para cumprir o que está posto na lei, mas sobretudo para que todos possam perceber os povos da floresta com o respeito que eles merecem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)> Acesso em: 08 jun. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 08 jun. 2016.

FARIAS, ROSE. **Cinema indígena recupera cultura e afirma identidade**. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/cinema-indigena-recupera-cultura-e-afirma-identidade/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

FEM. **Povos indígenas no Acre**. Rio Branco: Fundação de Cultura Elias Mansour, 2010.

GLOBO.COM. **Jogo online sobre povo Huni Kuin do AC é lançado com download gratuito**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/04/jogo-online-sobre-povo-huni-kuin-do-ac-e-lancado-com-download-gratuito.html>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 9ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

KAXINAWA, J. P. M. et al. **Índios no Acre – história e organização**. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2ª ed., 2002.

LOBO, Andréa Maria Favilla. **Experiência e formação: o fazer teatral nas trajetórias docentes**. 2010. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

LOBO et al. **Projeto do Curso de Licenciatura em Artes Cênicas: Teatro**. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2009.

MEC. CNE. **Levantamento e análise de informações sobre o desenvolvimento da temática “história e cultura indígena” nos cursos de licenciatura de instituições públicas e privadas**. Brasília: MEC, CNE, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13940-produto-1-historia-cultura-povos-indigenas-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13940-produto-1-historia-cultura-povos-indigenas-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 01 jun. 2016.

RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre**. Rio Branco: Edufac, 2008.

SBPC. **SBPC Indígena dará espaço e voz para povos nativos**. Publicação de 15 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/site/noticias/materias/detalhe.php?id=3120>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

UFAC. **Programa de incentivo à formação continuada de professores do ensino médio**. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2006. 171 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/formcont\\_ufac\\_todos.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/formcont_ufac_todos.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2016.

UFAC. **UFAC em números 2014**. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2015. 37 p. Disponível em: <[http://issuu.com/ufac/docs/ufacemn\\_\\_meros2705152ultimavers\\_\\_o](http://issuu.com/ufac/docs/ufacemn__meros2705152ultimavers__o)>. Acesso em: 08 jun. 2016.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme:** Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: [williandouglas@uft.edu.br](mailto:williandouglas@uft.edu.br)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-376-7

